

A Busca pela Efetividade e Aplicabilidade do Estatuto do Idoso: a extensão como instrumento de efetivação da cidadania¹

Isabel Christine Silva De Gregori (orientadora)²

Nathalie Kuczura Nedel³

Tatiana Dibi Schvarcz⁴

Universidade Federal de Santa Maria

No Brasil a expectativa de vida vem aumentando gradativamente, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo que a idade de sobrevivência é de 73,1 anos para ambos os sexos. Assim, o ideal de igualdade e respeito aos idosos, pessoas com mais de 60 anos, passou de utopia à necessidade premente. Para tanto, a Lei Federal nº 11.203/03, criou o Estatuto do Idoso objetivando garantir os direitos da pessoa idosa em âmbito federal. Entretanto decorridos oito anos de promulgação da legislação, a proteção almejada pelo instrumento legislativo nem sempre tem se mostrado efetiva, em razão de que algumas disposições normativas são inadequadas a realidade do país e por inexistirem meios de aplicá-la. Neste contexto, o projeto "Melhor idade: conhecendo o Estatuto do Idoso" buscou estabelecer uma série de atividades integradas de ensino e extensão, com o objetivo de favorecer a efetividade dos direitos dos idosos na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Com tal desiderato, buscou-se ultrapassar a formação acadêmica de caráter tecnicista e aproximá-la da realidade social, proporcionando uma maior efetividade ao Estatuto do Idoso. Através de palestras expositivas foram apresentados de forma facilitada os direitos preconizados pelo Estatuto do Idoso. Para tanto, dividiu-se a legislação federal em cinco tópicos principais a serem abordados: Saúde (S); Cultura e Lazer (CL); Transporte (T); Violência física, psicológica ou financeira (V); Benefício de Prestação Continuada (BPC). Foram aplicadas 17 oficinas, com a participação de 230 idosos, vinculados ao NIEATI - Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade, no município de Santa Maria -RS. A partir da interação com os idosos verificou-se que, apesar de possuírem acesso às informações, ainda não sabem como exigir a efetividade da legislação. Além disso, observou-se que, a participação e a interação são maiores nos grupos mais afastados do centro da cidade, os quais possuem menor grau de escolaridade. As conclusões demonstraram que, por meio da extensão universitária, desenvolve-se a valorização social e cultural da comunidade, promovendo uma educação para a cidadania. Deste modo, a fim de sanar as deficiências jurídicas dos idosos acerca de seus próprios direitos e, ao mesmo tempo, conceder aos acadêmicos a vivência jurídica buscou-se dar continuidade ao projeto, através de ações de extensão, agora com o propósito de aplicar os conhecimentos já difundidos para, então, possibilitar uma melhoria da qualidade de vida da população idosa, uma vez que se buscará a efetivação dos direitos desrespeitados e o acesso à Justiça, mormente no que tange à aplicação e eficácia do Estatuto do Idoso.

¹ Eixo Temático - Mesa 3. Integración extensión, docencia e investigación

² Professora doutora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, RS. lsa@via-rs.net

³ Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, RS.

⁴ Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, RS.